

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARCARENA/PA

Liliane Barros de Oliveira*

Resumo: Este artigo discute a proposta de formação de professores para a inclusão e diversidade nas escolas do campo do município de Belém tendo como foco específico o município de Barcarena, nosso lócus de pesquisa. Esta proposta objetiva preservar a identidade ribeirinha e favorecer uma prática pedagógica voltada para uma educação inclusiva capaz de levar os alunos matriculados com deficiência auditiva, visual, motora, intelectual a valorizar a cultura ribeirinha. Procura também incentivar aos professores para apropriarem-se dos assuntos relacionados a atividades extrativistas no sentido de ter uma prática pedagógica que valorize a realidade do aluno e assim possibilitar a valorização da inclusão e respeito à diversidade das populações das regiões das ilhas, comunidades localizadas às margens dos rios próximos a cidade de Belém e municípios vizinhos como Barcarena. A análise dos dados com base no paradigma da escola inclusiva permite dizer que a formação docente para inclusão, não cabe centrar somente nas “deficiências” e sim nas possibilidades da inclusão e a diversidade contribuírem com todos os cidadãos que lutam por uma sociedade plural mais justa e menos preconceituosa.

Palavras-chave: Formação de professore. Educação no campo. Inclusão. Diversidade.

Introdução

Inicialmente o interesse de estudar a formação de professores na perspectiva da inclusão na educação do campo no município de Barcarena, cabe ao envolvimento profissional que temos no referente município e a busca de respostas para as indagações que durante o cotidiano do trabalho docente nos acompanha e que nos estimula a realizar a reflexão na ação criando possibilidades para melhorar nossa prática docente em um espaço territorial que é naturalmente rico em diversidade.

As escolas do campo, em especial, as do município de Barcarena que contam em sua rede municipal com inúmeras escolas localizadas nas ilhas da região e que apresentam alunos matriculados com deficiência auditiva, visual, motora, intelectual, além de apresentarem a

* Graduada em Pedagogia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Especialista em educação especial pela Faculdade Ideal (FACI). Atualmente trabalha como professora de educação especial na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). E-mail: a.barros.oliveira2014@bol.com.br

peculiaridade de serem escolas com uma temporalidade própria, envoltos com a cultura ribeirinha e atividades extrativistas que devem ser levadas em consideração na formação dos professores. Diante do paradigma da escola inclusiva entendemos que a formação docente para a inclusão, não cabe centrar somente nas “deficiências” e sim nas possibilidades que a diversidade pode contribuir para a formação de todos em uma sociedade plural.

Devido à carência de formação de professores para inclusão na educação do campo é o que nos instiga a pesquisar como são realizadas as formações no município de Barcarena? Que tipo de discussões e possibilidades serão abordadas em relação às práticas pedagógicas voltadas às peculiaridades locais? Essas discussões estão articuladas com o conceito mais amplo da inclusão que percebe a diversidade cultural, social, econômica e seus impactos na aprendizagem dos alunos?

Pesquisas envolvendo a possibilidade da criação da interface da formação de professores para o paradigma de inclusão na educação do campo ainda é pouco explorado. Anseia-se por narrativas que incentivem aos docentes a melhoria de sua prática pedagógica de forma autônoma e crítica respeitando sua identidade cultural e criando possibilidades de modelar suas ações pedagógicas a partir de uma formação inicial e continuada voltada para a profissionalização docente como propostas contra hegemônica voltadas para o trabalho integrado, desvinculando-se da racionalidade técnica que desconsidera o saber docente e não colabora para seu processo de autonomia. Questão imprescindível para os professores constituírem-se atores e não expectadores de sua ação pedagógica, e nesse sentido sejam capazes de elaborar seus próprios materiais, de forma organizada e relacionada com a cultura e as necessidades educacionais de seus alunos. Além de integrar com outros conteúdos e assim contribuir para sua profissionalização docente a partir da modelagem do currículo escolar para a diversidade e inclusão na educação do campo.

1 Desenvolvimento

É o desafio que estamos tentando superar na tentativa de contribuir com o processo de profissionalização docente a partir da formação docente que atuem em escolas do campo que apresentam alunos com necessidades educacionais especiais dentro de um espaço territorial naturalmente diversificado. Uma vez que no percurso profissional podemos observar, além dos alunos com deficiência a grande diversidade cultural entre alunos que pertencem a diferentes grupos culturais como remanescentes quilombolas, afro-descendentes,

ribeirinhos, povos indígenas, extrativistas, pescadores, sem-terra, assentados que convivem e estudam em escolas do campo que anseiam por um currículo que contemple suas peculiaridades uma vez que também são sujeitos que historicamente sofreram o processo de exclusão educacional.

Para Caldart (2000) é fundamental pensar em formação inicial e continuada dos professores voltadas para atender as necessidades educacionais dos atores sociais – crianças, jovens e adultos que vivem e trabalham no campo, a fim de construirmos um processo formativo inicial e continuado, que esteja afinado com a realidade para atuar na educação do campo, visto que neste, as chances de formação de qualidade voltada a esse contexto é bem reduzida.

Dessa forma, torna-se necessário redefinir concepções e paradigmas que acompanhem as transformações porque vêm passando os conceitos de educação, escola, currículos, ensino, inclusão, desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos do campo, bem como conhecer a realidade e as necessidades dos docentes, gestores, e trabalhadores da educação que atuam nas escolas de ensino básico no campo.

Uma das necessidades que se coloca de forma premente ligada é atender a formação inicial e continuada de professores que atuam nas escolas vinculadas à Secretaria de Educação Municipal (SEMED) respeitando a diversidade educacional e promovendo a construção da identidade docente nas escolas do campo.

Refletir sobre a necessidade de pensar em uma escola aberta à diversidade humana necessita de rompimentos de algumas teorias e práticas que por longos anos fundamentaram as nossas práticas educativas. É necessário criatividade na criação de múltiplos e plurais significados para nossas aulas e para as relações que estabelecemos na escola com esses alunos. Pensar e em educação inclusiva no âmbito escolar e compreender as vozes dos sujeitos que anseiam por um processo educacional de fato inclusivo, corresponde com a mesma intensidade que cresce o processo de exclusão social, cultural, econômica e educacional por ausência dessas práticas.

O processo histórico de construção da educação no e do campo, remota a década de 60, quando os movimentos sociais como sindicatos, pastorais da terra passaram a reivindicar e atuar diretamente na formação política das lideranças do campo, na luta pela conquista de direitos sociais básicos como: acesso a terra, água, saúde, moradia e educação, entre outras.

A partir desse momento por meio da educação popular (Jovens e Adultos) foi se construindo novas práticas pedagógicas o que proporcionou o surgimento de diversos

movimentos de educação no campo em muitos estados do país. O governo nas suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) é pressionado pelos movimentos sociais organizados para atender plenamente as demandas de educação do campo. Desde seu surgimento na primeira metade dos anos 1980, o Movimento sem Terra coloca a luta por educação pública do trabalhador do campo como uma de suas principais bandeiras.

Nos últimos anos, sobretudo a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1998 e Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que atualmente devido à incorporação de algumas secretarias as outras pelo ministério tornaram-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão (SECADI) demonstram avanços nas discussões sobre diversidade em uma visão mais ampla envolvendo diversos setores, inclusive concretizando a educação das pessoas com deficiência, ou seja, movimentos sociais foram organizados com propostas voltadas para a educação desses sujeitos, pois até então o espaço escolar de nenhuma forma foi pensado ou construído para a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Diante do exposto podemos evidenciar que a análise da dicotomia inclusão/exclusão não é referente apenas as pessoas com deficiência e sim a diversos grupos da sociedade. Daí surge à necessidade da escola ensinar não somente os conhecimentos historicamente acumulados, mas também a mística, história cultural e os valores dentro de sua temporalidade em um lugar chamado “campo”. Não se aceita mais a ideia de subjugar as vivências construídas pelo homem do campo, nem mesmo centralizar as ações em cima delas, mas ao contrário estabelecer uma relação dialógica em forma de redes de significados que são criados, onde vários conhecimentos estejam articulados visando à libertação do homem/mulher pela ação política, comprometida e critica os tornando donos de seu próprio destino.

Compreendemos que dentro de uma concepção crítica da educação tais fatores deverão ser levados em consideração na formação do educador e do aluno, a partir de uma perspectiva multicultural da educação, afastando qualquer vestígio de uma homogeneização cultural, já que os seres humanos possuem naturalmente diferenças, em sua maneira de pensar, agir, de formar laços de amizades, familiar e política, logo os educadores deverão estar preparados para exercitar a criticidade e o despertar dá consciência crítica dos alunos juntamente com a percepção de qualquer forma de opressão seja ela racial, sexista e cultural. Só assim os estudantes poderão tornar-se cidadãos livres e conscientes para lutar pelas transformações das condições sociais nas quais vivem.

Desse modo é que ao refletir na formação de professores e professoras que atuam em escolas do campo e que ainda timidamente vem se construindo suas praticas educativas voltadas a inclusão não se limite apenas a integração desses alunos no âmbito escolar e sim que de fato possam ter oportunidade de mudança de pensamento, valores e comportamentos relacionados a pratica dos direitos humanos que consolidam o paradigma da escola inclusiva e possibilite a ampliação da consciência social e exercício da cidadania.

A conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), em 1990, sob orientação do UNICE/PNUD, expressa e reforça a importância e obrigatoriedade da educação básica. A proposta originada dessa Conferencia está voltada para a ideia de satisfação das necessidades básicas de “aprendizagem” cuja realização exige à integração da educação as demais políticas sociais, seguindo com a difusão da Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é um dos signatários. Considerada uma das mais importantes referencias internacionais no campo da Educação Especial, é o documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e qualidade, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, promovida pela Organização das nações Unidas para a educação, Ciência e cultura (UNESCO) pelo Governo da Espanha, da qual participaram cerca de 92 países e inúmeras organizações internacionais. Destacamos o ponto que a Declaração propõe que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a eles devem se adequar [...], já que tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias [...] construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a Educação para Todos” (UNESCO, 1994).

2 Resultados

A pesquisa foi desenvolvida com os professores que trabalham nas escolas do município de Barcarena lotados nas AEES ou nas atividades de inerência. Após o levantamento do número de professores foi realizado um sorteio das escolas que foi realizada a pesquisa com o intuito evitar qualquer direcionamento que prejudique a análise real do perfil da formação docente que atua no atendimento especializado nas escolas do campo.

O município de Barcarena/PA, devido sua rica história cultural como o movimento da Cabanagem, biodiversidade e diferentes povos que vivem em seus arredores em ilhas e furos possibilitou um excelente lócus de pesquisa de educação do campo na perspectiva da

inclusão, uma vez que devido seu espaço territorial rico em diversidade educacional como as classes multisseriadas que caracterizam muitas turmas das escolas pesquisadas anseiam por pesquisa envolvendo a formação docente para tal realidade.

A pesquisa de caráter qualitativa procurou traduzir e expressar de maneira clara o tempo e o espaço da comunidade e dos profissionais da educação que foram publico das entrevistas como forma de entender as peculiaridades de cada escola como perfil dos professores e alunos matriculados na rede.

Dentre as diversas relações que percebemos na relação professor-aluno podemos observar um certo “choque “cultural uma vez que devido a pouca formação da pessoas em idade de exercer uma profissão nas comunidades ,observamos um grande numero de profissionais da educação que residiam na cidade de Belém e que apesar da formação de nível superior com exceção das professoras mais antigas ,desconheciam a cultura local e atemporalidade especifica da cada aluno que se baseiam muitas vezes na colheita do açaí e da pouca estimulação cognitiva dos alunos com necessidades educativas especiais que muitas vezes não frequentavam a escola, mas que tinham irmãos que participavam das aulas e que dentro das discussões concordavam-na participação escolar dos alunos na ótica da inclusão ,buscando fortalecer ações que incentivem e estimulem a criação de sala de recursos e de formação especifica para os profissionais que atuam com alunos que apresentem qualquer tipo de deficiência.

Entendemos que no município que foi realizado a pesquisa não cabe o discurso que nas escolas do campo os profissionais da educação apresentam baixa escolaridade e por isso não exerce uma prática pedagógica voltada para melhoria do ensino e sim que anseiam por formações voltadas para temáticas como a prática de inclusão e que divulguem um pouco de ações voltadas para o fortalecimento da identidade de educador do campo como sujeitos críticos e reflexivos diante das diversas ações que participam dentro do âmbito escolar;

Conclusão

Há um desinteresse histórico na educação brasileira em relação à educação especial e a educação do campo. Dados oficiais mostram que na interface das duas áreas há negação do direito à educação e poucas pesquisas que envolvam a associação da educação especial no contexto das escolas do campo como prática educativa voltada para a inclusão e diversidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que dentro das relações entre currículo e educação especial como enfatiza Sancritán (2000) sobre o prolongamento de uma filosofia homogeneizadora que tradicionalmente buscou-se uma abordagem de diversificação escolar curricular que consiste em organizar o sistema escolar de modo que sejam ensinados a alunos diferentes em contextos normalizados (escola comum), embora com programas distintos, currículos diferenciados em classes separadas ou em grupos diferentes em uma mesma sala de aula, tornando-se assim uma prática educativa voltada apenas para as diferenças individuais de forma cômoda, acrítica, não comprometida e de fácil “aplicação” com ênfase em um determinismo psicobiológico.

O currículo não é um elemento transcendente e atemporal ele tem história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da escola. Nessa dinâmica, a escola necessita dispor de um projeto educativo, construído e compartilhado por toda comunidade educativa assumindo este, tanto no plano conceitual, como metodológico e organizacional, sendo a diversidade como fator inerente a todo grupo humano.

Esse projeto (artigo) deve dar sentido às necessidades de aprendizagens dos alunos do qual o currículo da escola assegura a atenção específica aos alunos que dela precisam. Para isso, a identificação das necessidades educativas do aluno constitui o ponto de partida para a determinação da atuação educacional que se concretiza no currículo escolar, assim como os recursos pessoais e materiais precisos para o processo educativo.

Nesse sentido, a escola deve planejar sua atenção e a base de sua intervenção educativa, instituindo um currículo em diálogo com os percursos de aprendizagem dos alunos e metas traçadas para que esses percursos se ampliem. Assim o currículo passa a ser entendido como parte constitutiva do projeto que determina os objetivos da educação escolar.

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e escolas do Campo**: por uma educação básica do campo. Brasília, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

SACRISTÁN, J.Cimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.